



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1610, de 1996, do Senado Federal, que "dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo primeiro, e 231, parágrafo terceiro, da Constituição Federal".

PROJETO DE LEI Nº 1.610, DE 1996

Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal.

EMENDA ADITIVA

Art. 1º Acrescente-se onde couber o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996:

“Art. Serão nulos de pleno direito, não produzindo efeitos jurídicos, as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários em terras indígenas, nos casos em que os trabalhos de pesquisa ou de lavra não hajam sido comprovadamente iniciados antes da promulgação desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

As atividades de mineração em terras indígenas não foram 1



CE99591321



CÂMARA DOS DEPUTADOS

proibidas pela Constituição de 1988. O § 3º do art. 231 da CF/88 dispõe que “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas **só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas**, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”. As autorizações, concessões de atividades mineradoras em terras indígenas que desrespeitem a norma constitucional devem ser consideradas nulas. Contudo, por respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ao direito à ampla defesa, nos casos em que já existam pesquisas em andamento ou atividades de lavra fica afastada a nulidade de pleno direito.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda.

Sala da Comissão, de maio de 2008.

Deputado **Ernandes Amorim**
PTB/RO

